Aos vinte e três diasdo mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, na sala de sessões do edifício da Junta de Freguesia da Raimonda, reuniu a Assembleia de Freguesia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1-Leitura, apreciação e votação da ata da Assembleia Ordinária anterior;

- 2- Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental ao exercício de 2018;

- 3- Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2019;

- 4- Apreciação e votação do Plano Plurianual de investimentos para o quadriénio 2019/2022;

-5- Atividade corrente;

-6- Outros assuntos.

Foi aberta a sessão, às vinte e uma horas, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia, estando presentes os seguintes membros:

- O Presidente – Rui Pedro Duarte de Sousa.

- 2ª Secretária – Vera Sílvia Meireles Martins

- Membros - Fernando Venâncio Ribeiro Martins, José Luís Soares Martins, João de Sousa Meireles, Liliana Soraia Oliveira Santos, Hélder Roberto MouraGonçalves , Rui Cândido da Cunha Andrade, Maria Alcina Silva Neto.

Participaram ainda na sessão os seguintes membros do executivo da Junta de Freguesia:

- O Presidente – Jocelino Gonçalves Moreira

- O Secretário – António Manuel Martins Valente dos Santos

- A Tesoureira- Ana Cristina Meireles Martins

O Presidente da Mesa antes da ordem de trabalhos, começou por perguntar sealgum dos presentes no público tinha alguma questão a apresentar. Não havendo questões da parte do público, deu início à sessão.

Ponto número Um: Leitura, apreciação e votação da ata da Assembleia Ordinária anterior;

O senhor Rui Andrade solicitou autorização para ler um protesto que ficou anexo à ata como “anexo 1”. Em resposta, o Presidente da Mesa referiu que não acedeu ao pedido dos eleitos do Partido Social Democrata de alterar a ata de 26 de setembro último dado que, em bom rigor, não houve nenhuma proposta de correção - no sentido de, por exemplo, onde estava um sim deveria estar um não - mas antes no sentido de acrescentar conteúdo à mesma. Ora, dado que uma ata pretende ser um resumo do que de mais relevante se passa na Assembleia, a Mesa considera que esta, na sua versão inicial, retrata perfeitamente o que de essencial aconteceu.Refutou ainda as acusações de não ser imparcial relativamente aos diferentes grupos parlamentares dizendo que, antes de ser Presidente da Assembleia, é também um eleito pelo Partido Socialista e apoia o Executivo, juntamente com os seus pares, o que não se pode confundir com a condução e preparação dos trabalhos, onde é, e tem que ser, absolutamente imparcial. Pediu a palavra a senhora Alcina Neto referindo-se à publicação de uma notícia na página do facebook da Junta em 10 de outubro de 2018 em que diz ter sido posta em causa a integridade do anterior Executivo, ao qual pertencia. Considera que este assunto deveria ter sido discutido na Assembleia de Freguesia e não nas redes sociais, apresentando o seu manifesto, que fica anexo a esta ata, como “anexo 2”. O senhor Presidente da Junta respondeu que quando o Executivo tomou posse não sabia que havia uma dívida. O orçamento de 2018 não o mencionava, desta forma não tinham conhecimento dela.A trinta de abril de 2018 foram confrontados com a falta de pagamento de uma dívida à ANAFREque remonta ao ano de 2013 e foram apanhados de surpresa. Recentemente foram confrontados com o facto de que teriam de pagar esta dívida e que esta situação seria do conhecimento do anterior Executivo. O senhor Presidente da Junta referiu que nunca se dirigiu a nenhuma pessoa em particular, mas ao Executivo anterior. Segundo a informação que apuraram,a Junta de Freguesia pertence à ANAFRE desde 12 de agosto de 1998 e de 2013 a 2017 não foi feito nenhum pagamento. No ano de 2018 o pagamento foi feito. O senhor Presidente da Junta referiu que esta dívida poderia ter sido paga com o valor de 12500 euros, que o anterior Executivo não recebeu da Câmara Municipal por deixar passar o prazo e refere ainda que não concorda com a crítica que lhe fizeram de estar a atingir pessoas em particular. A senhora Alcina Neto respondeu que considera que este assunto deveria ter sido mencionado na Assembleia de Freguesia e não em outros locais e refere que tinha conhecimento desta falta de pagamento, mas que o anterior Executivo entendeu que, uma vez que o pagamento não era obrigatório, não consideraram necessário fazê-lo. O senhor Presidente da Junta referiu que a si já lhe fizeram críticas a nível pessoal. A senhora Alcina Neto perguntou qual o valor que o anterior Executivo deixou de saldo e o senhor Presidente da Junta respondeu que tinha sidoà volta de 11000 euros. A senhora Alcina Neto referiu novamente que era na Assembleia de Freguesia que este assunto deveria ter sido resolvido e que, quem leu a publicação do facebook, pode ter entendido que o anterior Executivo não deixou saldo ao atual. O senhor Secretário da junta referiu que deveria ter havido cordialidade da parte do anterior Executivo e que, uma vez que sabiam desta situação, deveriam ter comunicado ao novo Executivo na passagem de testemunho. Referiu ainda que, se tinham saldo para pagar esta dívida a deveriam pagar, realçando que essa atitude resultou num incumprimento por parte da Junta. O Executivo solicitou que as informações provenientes da ANAFRE relacionadas com este assunto fossem colocadas em ata, ficando as mesmas mencionadas através do “anexo 3”. O senhor Helder Gonçalves mencionou que estão a criticar o anterior Executivo, mas que deveriam ter dado um voto de louvor por este ter deixado um saldo positivo. Nada mais havendo a acrescentar neste ponto foi colocado a votação o ponto 1, tendo sido aprovado com três votos contra por parte dos elementos do Partido Social Democrata, duas abstenções e quatro votos a favor por parte dos elementos do Partido Socialista. O senhor Helder Gonçalves fez uma declaração de voto que foi anexada à presente ata, como “anexo 4”.

Ponto número dois: Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental ao exercício de 2018;

Asenhora Tesoureira da junta começou por explicar que os documentos já teriam sido enviados atempadamente aos elementos da Assembleia de Freguesia pelo que estava disponível para o esclarecimento de possíveis dúvidas. Mencionou que algumas situações, como por exemplo o caso da ANAFRE, obrigou a uma revisão do orçamento. Foram dados esclarecimentos em relação ao ponto 2 e feita de seguida a votação, tendo sido o ponto aprovado por unanimidade.

Ponto número 3- Apreciação e votação do Orçamento para o ano de 2019;

A senhora Tesoureira da junta referiu que a informação já tinha sido enviada a todos os elementos e que estava disponível para esclarecimento de possíveis dúvidas. Pediu a palavra o senhor Rui Andradeque sugeriu algumas intervenções, registadas no “anexo 5”, nomeadamente, na rua Fonte do Barreiro que se encontra em muito mau estado e obriga à condução em contra mão; na Rotunda da Rua do Carvalhido, não há passeio a toda a volta e como há muitas pessoas a fazer caminhada, faz falta; no jardim da Igreja sugere a recolocação do banco que se encontrava junto do carvalho; na Rua da Aldeia Nova existe um campo do lado direito em que uma berma está a desaparecer e devia-se assegurar que não desmoronasse; no parque de lazer sugere a colocação de um espaço para as crianças poderem brincar e para se fazerem caminhadas. Foram depois prestados os devidosesclarecimentos e a senhora Alcina Neto questionou porque razão na parte da receita há um aumento no orçamento para o cemitério e foi esclarecida pela senhora Tesoureira que este aumento se relaciona com um projeto que está em análise. O senhor Presidente da Junta agradeceu pelas propostas apresentadas e esclareceu que estão a trabalhar no sentido de as resolver. Foram prestados os esclarecimentos por parte da senhora Tesoureira em relação às questões apresentadas e a senhora Alcina Neto referiu que ficava contente por saber que havia um aumento nos apoios para a nossa terra. De seguida foi feita a votação em relação ao ponto 3, tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número 4 - Apreciação e votação do Plano Plurianual de investimentos para o quadriénio 2019/2022;

A senhora Tesoureira da junta esclarece que foi enviada a documentação relativa a este ponto aos elementos da Assembleia de Freguesia e que está disponível para possíveis esclarecimentos. O senhor Hélder Gonçalves questionou sobre quais as ruas e arruamentos que receberão intervenção e quais os equipamentos descritos. O senhor Secretário da junta referiu que estão a liquidar a dívida relativa ao biotriturador e que o valor disponível para ruas e arruamentos refere-se a possíveis intervenções necessárias nesta matéria e em relação às águas pluviais. Referiu o caso do problema das águas pluviais na Rua da Agra do qual têm conhecimento. O senhor Helder Gonçalves questionou em relação à verba de 15000 euros disponível para o parque de lazer, se poderiam indicar qual o seu destino específico. Foi esclarecido que esta obra é para fazer ao longo do tempo pois requer ainda a resolução do problema da drenagem das águas e da delimitação do terreno, que deverá ser resolvido antes de qualquer construção. O senhor Presidente da Junta referiu que foi colocado saibro para que os meninos, no futuro, possam jogar no campo nos tempos livres. Não havendo mais questões a esclarecer o ponto 4 foi levado a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto número 5- Atividade corrente;

O senhorPresidente da Junta apresentou as atividades que estavam a ser desenvolvidas no momento. O senhor Helder Gonçalves mencionou que uma das coisas que não foi executada foi a inauguração do multibanco, prevista para dia 9. O senhor Presidente da Junta respondeu que a colocação da caixa multibanco não é da responsabilidade da junta e que apenas foi divulgada por que lhes deram essa informação. Aproveitou para mencionar que a oposição deveria preocupar-se mais em falar da atividade corrente do que “atacar” a Mesa da Assembleia. Foi pedida a palavra pelo senhor Venâncio Martins que leu um comunicado relacionado com a recolha e tratamento dos verdes, que fica anexo a esta ata como “anexo 6”. O senhor Presidente da Junta agradece e refere que estão a ter bons resultados com o tratamento dos verdes e que todas as pessoas se devem empenhar pelo bem do ambiente. A senhora Tesoureira realçou que todos os raimondenses estão de parabéns pelo esforço no tratamento de resíduos. De seguida, o senhor José Martins pediu para ler um documento para registar em ata, que ficou como “anexo 7”, relacionado com Hericy. O Senhor Presidente da Junta referiu, a propósito de Héricy, que foram contactados por uma empresa com interesses imobiliários. Referiu ainda que, não tendo a Junta de Freguesia que intervir neste tipo de assuntos, entendeu o Executivo informar a população, através dos meios de comunicação oficiais, do interesse demonstrado por esta empresa. O senhor Secretário da junta referiu que há medidas seguidas por este Executivo que irão ser adotadas por Héricy. O senhor Presidente da Assembleia aproveitou para agradecer o covite que lhe foi dirigido pelo senhor Presidente da Junta para acompanhar o Executivo na visita a Héricy.

Ponto número 6- Outros assuntos;

O senhor Helder Gonçalves referiu que havia mencionado um problema com as grelhas e que ainda não estava resolvido. Sugeriu a colocação de uma passadeira à frente da bomba de gasolina existente; a alteração da paragem de autocarro existente junto às bombas para o lado oposto, onde as pessoas esperam o autocarro, de forma a abrigar os utilizadores do autocarro. O senhor Presidente da Junta respondeu que já foram colocadas algumas grelhas na Rua de São Pedro,que têm prevista a colocação de duas ou três passadeiras sobreelevadas, mas não compete à junta a sua colocação, embora estejam atentos e queiram evitar mais mortes nesta estrada. Informou que a Câmara Municipal está a fazer um levantamento dos possíveis locais para colocação das passadeiras.Em relação à paragem, farão o possível para as colocar do lado oposto.

Terminada a ordem de trabalhos pelas vinte e trêshoras e vinte minutos, foi pelo Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia encerrada esta Assembleia da qual, para constar, se lavrou a presente ata, sob responsabilidade da 2ª Secretária Vera Sílvia Meireles Martins, que vai ser assinada nos termos da Lei por todos os presentes.